

## ONG contratada pelo governo Bolsonaro cobrou de famílias pobres por cisternas

O governo de Jair Bolsonaro (PL) assinou um contrato com a ONG Central das Associações de Agricultura Familiar (Ceapa), de Alagoas, no valor de R\$ 15 milhões para instalação de 3.012 cisternas. A ONG cobrou ilegalmente das famílias em situação de pobreza pelo equipamento e nunca entregou as instalações.

Cinco municípios foram contemplados por um convênio firmado entre o Consórcio Infra-minas, que reúne prefeituras da região, e o então Ministério da Cidadania.

Os equipamentos de armazenamento de água para municípios do semiárido de Minas Gerais eram totalmente custeados por recursos públicos, mas a Ceapa cobrou uma contrapartida ilegal para instalar as cisternas.

Alguns moradores fizeram empréstimo para bancar parte da construção das cisternas, outros desistiram de participar do programa por causa da dificuldade financeira, diz reportagem da Folha de S Paulo, que confirmou a denúncia com pelo menos dez famílias.



### Bolsonaro exterminou programa de construção de cisternas criado por Lula

Em 2020, um ano após Bolsonaro assumir a presidência da República, a construção de cisternas, o maior programa de armazenamento de água de chuva para beber e cozinhar do país, chegou ao pior patamar de investimento desde sua criação, há 17 anos. Foram construídas apenas 8.310 cisternas, o que equivale a uma queda de 73% em relação a 2019 - quando foram 30.583 equipamentos construídos, o menor número do programa para um ano até então.

Em 2014, esse número chegou a 149 mil, o que representa uma queda de 94% nos últimos seis anos.

Criado pelo governo Lula (PT), em 2003, para resolver o drama da seca no sertão nordestino, o programa construiu e entregou para a comunidade cerca de 1,2 milhões de cisternas para consumo humano até 31 de agosto de 2016, último ano do governo da presidenta Dilma Rousseff, destituída após o golpe de estado. Cerca de 5 milhões de brasileiros foram beneficiados.

Fonte: CUT

## Governo Bolsonaro gastou 14 vezes mais que o previsto com obras na Educação, diz TCU

Para os ministros do TCU, houve crime no repasse do dinheiro do FNDE para aliados do ex-presidente. Órgão pede investigação da PF e do MPF

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](http://cut.org.br/noticias)





## Servidores fazem dia de mobilização por reajuste emergencial na terça, 31, em Brasília

O Fonasefe e o Fonacate, fóruns que reúnem o conjunto de servidores públicos federais, realizam uma atividade na próxima terça-feira, 31, em Brasília, em defesa de reajuste emergencial para o funcionalismo, a maioria há sete anos com salários congelados. A atividade, que acontece a partir das 14 horas, será transmitida pelos canais dos fóruns no YouTube. A Condsef/Fenadsef também fará retransmissão, via Fonasefe, em sua página no Facebook.

Pela manhã, das 9h às 11h, haverá tuitação com o uso da hashtag #RecomposiçãoJá.

A participação de todos é fundamental para que o atendimento das demandas mais urgentes dos servidores federais possam ser atendidas.

O dia 7 de fevereiro foi confirmado como data oficial para instalação da mesa de negociação permanente com servidores do Executivo Federal. É preciso que a categoria tenha claro que essa é uma luta que deverá contar com muita unidade e mobilização e não deverá ser resolvida da noite para o dia. O Anexo V do Orçamento 2023 traz R\$11,5 bilhões, considerando despesas Primária e Financeira,

como previsão para fins de remuneração aos servidores do Executivo.

Aos servidores do Executivo, que acumulam perdas expressivas, caberá também um trabalho direto de força tarefa no Congresso Nacional em busca de realocação de recursos para o atendimento dessa pauta emergencial. Esse trabalho deverá fazer parte do processo que envolverá o diálogo permanente com o governo. Só nos últimos quatro anos as perdas salariais dos servidores federais giram em torno de 27%.

Fonte: Condsef

## Cursos de Mestrado e Doutorado em Ciências da Saúde estão com inscrições abertas

A Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-Graduação e Internacionalização (AGEUFMA), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), divulgou os editais que regulamenta as normas para ingresso nos cursos de Mestrado e Doutorado em Ciências da Saúde, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde

(PPGCS).

Estão sendo ofertadas 25 vagas para o curso de mestrado e 20 vagas para o curso de doutorado.

As inscrições devem ser realizadas até o 3 de fevereiro, por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

Fonte: UFMA



**A Reforma Administrativa faz mal ao Brasil**

**CANCELA  
A REFORMA  
Já!**